

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.553.844 - SP (2019/0222564-0)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
AGRAVANTE : NEWCREDITOS NEGOCIOS E SERVICOS LTDA
ADVOGADOS : ALEXSANDRO VIEIRA DE ANDRADE - SP338821
JULIANA GARCIA PETRENAS - SP345998
AGRAVADO : CONVEF ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA
ADVOGADOS : ADILSON JOSÉ CAMPOY - SP105186
MARCIO ALEXANDRE MALFATTI - SP139482

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. CERCEAMENTO DE DEFESA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282 E 356 DO STF. RESCISÃO CONTRATUAL. COMPROVAÇÃO DE JUSTA CAUSA. REVOLVIMENTO DE CONTEÚDO FÁTICO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo interposto por NEWCREDITOS NEGOCIOS E SERVICOS LTDA, contra inadmissão, na origem, de recurso especial, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição da República, manejado contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (e-STJ, fl. 613):

APELAÇÃO - AÇÃO INDENIZATÓRIA - CONTRATO DE REPRESENTAÇÃO COMERCIAL - JUSTA CAUSA - SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA - RECURSO - EXÍGUA DURAÇÃO DO CONTRATO - JUSTA CAUSA CARACTERIZADA - PUBLICIDADE E PROPAGANDA ENGANOSAS - CHAMARIZ - FORMA DE RECEBIMENTO DA COMISSÃO COM NÍTIDO PREJUÍZO AO CONSUMIDOR FINAL - VIOLAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA BOA - FÉ E DA ETICIDADE CONTRATUAIS - SENTENÇA REFORMADA - RECURSO PROVIDO.

No recurso especial, a parte recorrente alega ofensa aos arts. 7º, 369 e 370 do Código de Processo Civil, sustentando a ocorrência de cerceamento de

Superior Tribunal de Justiça

defesa aos arts. 472 e 473 do Código Civil, alegando ser imprescindível comunicação da rescisão do contrato bem como *"a representada deveria ter comunicado, por escrito, quais atos praticados pelo representado foram considerados como faltosos e que deram causa à rescisão do contrato"* (e-STJ, fl. 629) para possibilitar a defesa da ora recorrente.

Defende ainda violação do art. 373, II, do CPC ante a não comprovação de justa causa para a referida rescisão contratual.

Apresentadas as contrarrazões (e-STJ fls. 652/670).

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, esclareço que o juízo de admissibilidade do presente recurso será realizado com base nas normas do CPC/2015, conforme Enunciado Administrativo Nº 3/STJ.

No que diz respeito à alegação de cerceamento de defesa, verifica-se que a pretensão da parte recorrente não pode ser conhecida, haja vista a ausência de prequestionamento da matéria pelo enfoque trazido pelos recorrentes, bem como a não oposição do recurso de embargos de declaração, a fim de suprir eventual omissão do acórdão vergastado.

Destarte, patente a incidência do óbice constante das Súmulas 282 e 356/STF.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE. TÍTULO DE CRÉDITO. DUPLICATA. 1. ANÁLISE DE VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. IMPOSSIBILIDADE NO ÂMBITO DO RECURSO ESPECIAL. 2. RECONHECIMENTO DA ALEGAÇÃO DE IRREGULARIDADE DE PROTESTO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7 DO STJ. 3. VIOLAÇÃO DO ART.460 DO CPC. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 E 356 DO STF. 4. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

(...)

3. A indicação de violação de dispositivos legais que nem sequer foram debatidos pelo Tribunal de origem obsta o

Superior Tribunal de Justiça

conhecimento do recurso especial pela ausência de prequestionamento. Aplicação das Súmulas 282 e 356 do STF.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 728.172/DF, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/10/2015, DJe de 03/11/2015 - grifou-se).

PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAIS. RECURSOS ESPECIAIS. AÇÃO DE COBRANÇA. ART. 14 DA LEI N. 8.167/1991. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS N. 282 E 356 DO STF. RECURSO FUNDADO NA ALÍNEA "C" DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL. NÃO CABIMENTO. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA N. 7 DO STJ. OFENSA AO ART. 535, II, DO CPC. IMPROCEDÊNCIA DA ARGUIÇÃO. FUNDAMENTOS NÃO IMPUGNADOS. SÚMULA N. 283 DO STF. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA. AGRAVOS DESPROVIDOS.

1. Aplicam-se os óbices previstos nas Súmulas n. 282 e 356 do STF quando a norma legal suscitada no recurso especial não foi objeto de debate no acórdão recorrido nem, a respeito, foram opostos embargos de declaração para provocar sua análise.

2. O cabimento de recurso especial fundado na alínea "c" do permissivo constitucional requer o prequestionamento do dispositivo de lei federal cuja interpretação se alega divergente por outro tribunal.

3. Incide a Súmula n. 7/STJ na hipótese em que a adoção de entendimento diverso da orientação firmada pela Corte estadual implica o reexame de provas dos autos.

(...)

5. Aplicação, por analogia, da Súmula n. 283/STF - "É inadmissível recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles".

6. Decisão agravada mantida por seus próprios fundamentos.

7. Agravos regimentais desprovidos.

(AgRg no REsp 1.282.251/RN, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/10/2015, DJe 21/10/2015 - grifou-se).

No que diz respeito à alegação de necessidade de comunicação da rescisão bem como não ter sido comprovada a justa causa para a referida

Superior Tribunal de Justiça

rescisão, assim se manifestou o Tribunal de origem no acórdão ora combatido, *in verbis* (e-STJ, fls. 615/617):

[...]

Entretanto, não é só. Os consorciados que foram ouvidos, bem como aqueles que moveram a demanda, disseram de modo categórico que tinham promessas de contemplação e assim contrataram os respectivos consórcios, mas, a partir do momento em que restou claro que haviam sido induzidos a erro, o leque dos consumidores recaiu sobre os ombros da apelante. Isso revela, antes de mais nada, que a ruptura do contrato fora precisa e exata, até para que se evitasse o arranhar da imagem da empresa e não se multiplicassem os problemas provocados pela atitude da representante, distante dos preceitos que cercam o contrato de representação comercial.

Ademais, ocorre concausa entre o período do lapso cronológico e as reclamações feitas pelos consorciados, de tal modo que participa a configuração da justa causa quando se desborda dos lineamentos contratuais ou se pretende simplesmente aumentar o número de interessados, induzidos por publicidade enganosa.

Consequência lógica desse raciocínio, as promessas multifacetárias feitas pela representante não eram condizentes com a realidade do consórcio, resultando no aumento do número de desistências e exclusões, além das ações judiciais. A par disso, não se poderia cogitar de contemplação, principalmente em razão da natureza do contrato, cuja lei completa 10 anos de vigência.

A partir do momento no qual a recorrente tomou conhecimento desse cenário tempestuoso e adverso à sua própria finalidade, em janeiro de 2016 descredenciou a autora e impediu que ela prosseguisse vendendo cotas de consórcio e iludindo os consumidores. Segundo narra a recorrente, o próprio sócio da autora, em nome próprio, tentava a venda de cotas em circunstâncias específicas, as quais não corresponderiam à realidade (fls. 550).

Bem examinada toda a matéria sob o ponto de vista da representação comercial como categoria de intermediação entre a empresa representada e os consorciados, fácil concluir que a autora agiu de forma destoante do mecanismo, não havendo, portanto, qualquer possibilidade de ser indenizada se deu causa à ruptura do contrato. Os atos praticados, por si sós, autorizavam a imediata resilição do contrato, independentemente de prévia comunicação ou ajuste de

conduta.

É fato que alguns desistentes ou excluídos o foram por crises financeiras e situações adversas; porém, não é comum que ocorra essa tipicidade ainda no início da contratação, após o pagamento de apenas uma, duas ou três parcelas, motivo pelo qual evidentemente a autora não agiu em conformidade com a Lei 4.886/65, deixando a desejar principalmente pela excessiva promessa inexistente. Além do que, se fosse plausível sua tese, não demoraria um ano e meio para ingressar com a ação, não havendo que se cogitar, como pretende a recorrente, de prescrição, a qual é quinquenal.

Assim, elidir as conclusões do acórdão recorrido para concluir de forma diversa que "*a Recorrida não comprovou o descumprimento contratual por parte da Autora*" (e-STJ, fl. 636), como requer a parte recorrente nas razões do recurso especial, demandaria o o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada nesta sede especial a teor da Súmula 7/STJ.

Destarte, ante a ausência do devido prequestionamento da questão ventilada, bem como a necessidade revolvimento de fatos e provas, inviável a pretensão da parte recorrente.

Ante o exposto, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial.

Por conseguinte, considerando-se o disposto no § 11 do art. 85 do Código de Processo Civil de 2015, majoro os honorários sucumbenciais para R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), a serem suportados exclusivamente pela parte recorrente.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra este *decisum* estará sujeito às normas do CPC/2015 (cf. Enunciado Administrativo n. 3/STJ).

Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator